

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento: Audiência Pública sobre o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC)		
Data: 06/12/2023	Local: Videoconferência	Horário: 09h - 12h
Objetivo: Coletar contribuições para o Relatório Final do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari		
Mesa Diretora:	Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida – Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL	
	Sr. Sidney José da Rosa – Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL	
	Sr. André Luiz Sanchez Navarro – Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	
	Sr. Sergio Razera – Diretor Presidente da Agência das Bacias PCJ	
SÍNTESE DO EVENTO		
<p>O evento foi aberto pelo cerimonialista, que iniciou a fala contextualizando a Audiência Pública, que foi organizada com o propósito de dar visibilidade às questões inerentes ao Relatório Final do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC) e explicou sobre as regras de inscrição para manifestação oral, que foram definidas no Edital que regulamenta a realização da referida Audiência Pública, devendo serem feitas por meio do preenchimento do formulário de inscrição. Em seguida, agradeceu a todos que auxiliaram na construção do PDM-BHC, especialmente ao Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), formado por representantes dos 15 municípios pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Capivari e representantes da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água do Meio Rural (CT-Rural), da Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN), da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) e do Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), além da Coordenação de Projetos, ligada à Diretoria Técnica da Agência das Bacias PCJ, que realiza o acompanhamento técnico do trabalho. Após os agradecimentos, foi dado início à composição da Mesa Diretora: sr. Luciano Santos Tavares de Almeida – Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL; sr. Sidney José da Rosa – Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; sr. André Luiz Sanchez Navarro – Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e sr. Sergio Razera – Diretor Presidente da Agência das Bacias PCJ, passando a palavra a cada um para suas considerações na abertura do evento. De forma geral, os membros reforçaram a relevância do objeto da Audiência Pública para a gestão dos recursos hídricos, não só para a Bacia Hidrográfica do Rio Capivari, mas também para as Bacias PCJ, da importância de ações de prevenção e planejamento visto que eventos climáticos extremos tem sido cada vez mais frequentes. Ressaltaram também o desafio da implementação do estudo para ações práticas e factíveis e reforçaram que os municípios podem buscar recursos financeiros nos Comitês PCJ para a elaboração dos planos municipais.</p>		

Em seguida, o cerimonialista passou a palavra ao Engenheiro Civil Sidnei Agra, representante da Profill Engenharia e Ambiente, empresa contratada pela Agência das Bacias PCJ e responsável pela elaboração do documento. Foi iniciada a apresentação, com destaque para os principais pontos do estudo: etapa de coleta de dados e informações sobre os municípios, sobre a realização dos serviços de campo, sobre as análises e o diagnóstico da situação atual; prognóstico; detalhou os estudos de alternativas para ações estruturais e não-estruturais; as propostas de ações: não estruturais, estruturais, sistemáticas e de drenagem sustentável; bem como fez explanação sobre a composição de custos das propostas e plano de ações para um horizonte de 20 anos, conforme apresentação disponível ao final desta memória técnica. Encerrada a apresentação, a condução das demais fases da Audiência Pública foi passada ao Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, que agradeceu a explanação do Eng. Sidnei Agra. Antes de repassar as regras, fez questão de enaltecer o trabalho de duas pessoas que já se foram e participaram ativamente das discussões que antecederam a estratégia de elaboração dos planos regionais dentro do DAEE: os saudosos engenheiros Luiz Roberto Moretti e Marco Antonio Garcia de Almeida.

Retomando os ritos formais do edital, o sr. André Navarro fez a leitura dos artigos pertinentes ao regramento das manifestações orais e contribuições online. Relatou que, no total, foram recebidas 5 (cinco) inscrições no formulário de contribuições online, citando-as: Andréia Chaves (Jundiaí), Maria Tereza Gomes Carneiro Cândido (Prefeitura Municipal de Monte Mor), Claudinei Aparecido Rodrigues (Prefeitura Municipal de Monte Mor) e duas contribuições do Wilson J. R. Martins (SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba). Sr. André Navarro informou que as manifestações recebidas por escrito serão registradas e consideradas no processo de finalização do documento. Em seguida, deu início à sessão de manifestações orais, que foram recebidas cinco na seguinte ordem: Gladis Meiry Matteo (SANASA - Campinas), Ernestina Gomes de Oliveira (PROESP - Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies - Campinas), Sandrelene Didone Fagnani (Prefeitura Municipal de Hortolândia), Petrus Weel (Holambra) e Osvaldo Aparecido Vancini (Monte Mor).

A sra. Gladis Matteo não estava presente na sala online durante o tempo reservado para as manifestações orais. A sra. Sandrelene Didone e o sr. Osvaldo Aparecido declinaram da inscrição. A sra. Ernestina Gomes de Oliveira, elogiou o trabalho realizado pela empresa e citou dois pontos sobre o município de Campinas. Primeiramente, informou que a captação de água no Rio Capivari descrita no Relatório Final não ocorre mais, visto que essa captação está suspensa em função da qualidade da água. O segundo ponto abordado foi com relação à falta da menção da Lei Complementar nº 207/2018 no PDM-BHC, que dispõe sobre a demarcação e ampliação do perímetro urbano do município de Campinas, institui a Zona de Expansão Urbana e dá outras providências. Segundo a manifestante, haverá a conversão de 187 km² de zona rural em área de expansão urbana, cujo zoneamento previsto é de média a alta densidade, podendo ocasionar sérios problemas à jusante. Relatou, ainda, que essa expansão de perímetro não era necessária, visto que o município possui área urbana não utilizada, que contempla o crescimento do município até o ano de 2070, segundo estudos do próprio Plano Diretor, portanto trata-se apenas de interesse imobiliário. Informou que a mesma situação está ocorrendo em Valinhos e salientou a importância

de se evitar que as expansões urbanas avancem nas bacias fragilizadas do ponto de vista de drenagem. Sugeriu constar uma recomendação neste sentido no Relatório Final do plano.

O sr. Petrus Wheel, representando a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e a Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) discorreu sobre alguns dados do PDM da Bacia Hidrográfica do Jundiáí, finalizado em 2021. Reforçou que algumas ações na área rural podem diminuir custos de obra e informou que tais ações podem ser implantadas já no ano que vem, avançando ano a ano e podendo, assim, ajudar de modo mais rápido no tocante à disponibilidade de água.

Por fim, conforme previsto no Edital da Audiência Pública, houve também a manifestação do representante do Ministério Público: o sr. Rodrigo Sanches Garcia, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA/PCJ Campinas. O promotor elogiou o trabalho realizado e se manifestou acerca da tabela de hierarquização das medidas estruturais, sugerindo um anexo no qual estivesse de forma clara um compêndio entre a tabela e o mapa, visando facilitar a interpretação pelos municípios, cujas ações estão priorizadas como alta e muito alta. Também comentou quanto ao estudo finalizado do PDM da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiáí sobre a importância de se já verificar se os municípios estão realizando as ações previstas de 5 anos. Finalizou com a sugestão de se ter um resumo, também como anexo, de cada trecho do Rio Capivari quais ações são prioritárias, facilitando o acompanhamento posterior do plano.

Finalizadas as manifestações orais, o Secretário Executivo dos Comitês PCJ agradeceu as contribuições recebidas e reforçou que a Audiência Pública é o momento de escuta da sociedade para que o Comitê possa incorporar essas questões dentro dos estudos técnicos que estão sendo realizados.

O sr. Sidnei Agra da empresa Profill também registrou seu agradecimento às contribuições e se colocou à disposição para incorporá-las no texto final.

Por fim, o sr. André Navarro parabenizou todos os envolvidos pelo trabalho realizado e informou que possivelmente no primeiro semestre de 2024 será apreciada uma deliberação dos Comitês PCJ que aprova formalmente o PDM-BHC, para que possa se tornar uma diretriz para os investimentos nos municípios que possam ser feitos a nível de projeto e obra com recursos da Cobrança Federal e Paulista pelo uso da água nas bacias PCJ. Agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a Audiência Pública.

Observações: As manifestações na íntegra podem ser consultadas na gravação da Audiência Pública, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ntkWywOOzUw>

A apresentação técnica está disponível no link: [PDM BHCapivari - Audiência Pública - 06dez2023.pdf](#)